


A filosofia da ancestralidade na Educação das Relações Étnico-raciais nas universidades catarinenses


Carlos Alberto Silva da Silva
Rosana Soares

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a necessidade de colocar a filosofia da ancestralidade como disciplina no ensino superior de Santa Catarina e no Sul do país, a exemplo do que já ocorre em algumas universidades públicas brasileiras. A filosofia da ancestralidade localiza-se no campo da educação comprometendo-se com a cultura afro-brasileira e com a educação das relações étnico-raciais. Além disso, encontra-se na encruzilhada teórica em que o centro é a filosofia africana e os caminhos possíveis de diálogo se abrem aos pensamentos filosóficos latino-americano, caribenho, europeu e a epistemologia afrocentrada. A filosofia da ancestralidade reivindica uma epistemologia pluriversal, ou seja, uma filosofia afro-brasileira que precisa ser estudada em sala de aula, tendo como finalidade o combate ao racismo histórico e socioculturalmente enraizado no Brasil. A lei 10.639/2003 orienta que os cursos de História, Artes e Literatura fomentem a discussão em torno das relações étnico-racial, mas o mapeamento destes cursos das instituições de ensino superior do estado de Santa Catarina revelou a ausência e a invisibilidades de fundamentos teóricos com aderência a filosofia da ancestralidade.

Palavras-chave: Filosofia da Ancestralidade. Educação das Relações Étnico-Raciais. Universidade Catarinense.

Carlos Alberto Silva da Silva
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, UFRB
E-mail: carlosnago@yahoo.com.br
 <http://orcid.org/0000-0003-3947-7095>

Rosana Soares
Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia, UFRB
E-mail: rosana_artes09@yahoo.com.br
 <http://orcid.org/0000-0003-2684-7587>

Recebido em: 21/04/2019
Aprovado em: 02/12/2019



Abstract**Philosophy of ancestry in the Education of Ethnic-Racial Relations in the universities of Santa Catarina****Keywords:**

Ancestry
Philosophy.
Education of
Ethnic-Racial
Relations. Santa
Catarina's
Universities.

This article proposes a reflection on the need to place the philosophy of ancestry as a discipline in higher education in the state of Santa Catarina and in the south of the country, as is the case in some Brazilian public universities. The philosophy of ancestry is located in the field of education, committing itself to the Afro-Brazilian culture and to the education of ethnic-racial relations. Moreover, it lies at the theoretical crossroads at the center of which is African philosophy, and the possible paths of dialogue open to Latin American, Caribbean, European philosophical thinking, and afrocentered epistemology. The philosophy of ancestry claims a pluriversal epistemology, that is, an Afro-Brazilian philosophy that needs to be studied in the classroom, with the purpose of combating historical and socioculturally rooted racism in Brazil. Law 10.639/2003 determines that the courses of History, Arts and Literature foster discussion around ethnic-racial relations, but the mapping of these courses of higher education institutions in the state of Santa Catarina revealed the absence and invisibility of theoretical foundations with adherence to the philosophy of ancestry.

Resumen**La filosofía de la ancestralidad en la Educación de las Relaciones Étnico-raciales en las universidades catarinenses****Palabras clave:**

Filosofía de la
Ancestralidad;
Educación de las
Relaciones
Étnico-Raciales;
Universidad
Catarinense.

Este artículo propone una reflexión sobre la necesidad de colocar la filosofía de la ancestralidad como asignatura en la enseñanza superior de Santa Catarina y en el sur del país, como por ejemplo ya ocurre en algunas universidades públicas brasileñas. La filosofía de la ancestralidad se encuentra en el campo de la educación comprometiéndose con la cultura Afro-brasileña y con la educación de las relaciones Étnico-raciales. Además, se sitúa en la encrucijada teórica en que el centro es la filosofía africana y los caminos posibles se abren en diálogo con los pensamientos filosóficos latino-americanos, caribeños, europeos y la epistemología afrocentrada. La filosofía de la ancestralidad reivindica una epistemología pluriversal, o sea, una filosofía afro-brasileña que necesita ser estudiada en la sala de clases, teniendo como finalidad el combate al racismo histórico y socioculturalmente enraizado en Brasil. La ley 10.639/2003 orienta que los cursos de Historia, Artes y Literatura fomenten la discusión en torno de las relaciones Étnico-raciales, pero el mapeamiento de estos cursos de las instituciones de enseñanza superior del estado de Santa Catarina reveló la ausencia y la invisibilidad de fundamentos teóricos con adherencia a la filosofía de la ancestralidad.

Introdução

Apesar das estatísticas apresentarem cerca de 55% da população brasileira se autodeclarando negra, as representações, as políticas públicas e, sobretudo, a educação não refletem estes números na realidade social. Poderíamos enumerar vários exemplos desta disparidade a partir da ocupação de cargos de comando nas grandes corporações ou então enumerar apresentadores(as) negros(as) em telejornais nos principais veículos de comunicação do país. Nestes espaços, a fotografia que temos é a de um país europeu e se avançássemos um pouco mais e olhássemos as empresas multinacionais, o retrato seria de algum país escandinavo, ou seja, a presença de negros e negras na representatividade do país é irrisória e lamentável.

Mas vamos ficar na educação, que é nossa proposta. E aqui podemos pegar os pensadores africanos e afro-brasileiros para uma reflexão sobre o assunto, todos com um olhar atento à educação e reivindicando um espaço para epistemologia africana na construção e disseminação do saber.

Se mais da metade da população brasileira é de negros e negras, por que a educação privilegia o saber pelo viés europeu e deixa de lado a epistemologia africana? Uma resposta imediata seria aquilo que os(as) intelectuais negros(as) denominam de epistemicídio ou racismo epistemológico. Por isso, a importância da lei 10.639/03, que determina o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares para formação dos sujeitos escolares na educação. A Base Nacional Comum Curricular, que é um documento orientador dos conteúdos curriculares, delega aos gestores de âmbito estadual a responsabilidade na aplicação da lei de forma direta, pois o texto da BNCC contempla a diversidade cultural sem aprofundar a necessidade de educação para as relações étnico raciais. Em seus fundamentos pedagógicos igualdade e equidade são termos em destaque, no entanto o texto com face interdisciplinar deixa brechas preocupantes para a diluição deste conteúdo nos Planos de Políticas Pedagógicas das instituições escolares.

Pode parecer utópico falar de uma filosofia da ancestralidade no ensino superior, quando nem mesmo a filosofia africana é abordada nas universidades catarinenses. E a justificativa poderia ser a de que Santa Catarina tem uma população negra que não chega a 20% e, portanto, uma disciplina destas não precisaria compor o currículo das universidades, principalmente as do sistema ACAF (Associação Catarinense das Fundações Educacionais).¹ Mas a questão não se resume, ou se esgota, no percentual populacional, porque está intrínseco nisso tudo a identidade, a cultura, a estética e a própria epistemologia afro-brasileira que constitui a ideia de nação e de sujeito brasileiro, mesmo na região Sul, cuja predominância é a de não-negros.

¹ O sistema ACAF congrega 16 instituições de ensino superior, entre universidades e centros universitários de Santa Catarina.

Precisamos entender que o país é multicultural e, sobremaneira, resultado deste “entre-lugar”² (apresentado por Silviano Santiago e depois expandido por Hommi Bhabha – que não deu os devidos créditos ao brasileiro). Acreditamos que o sistema educacional deveria seguir a ideia da encruzilhada (Oliveira, 2007), este lugar que abre caminhos diversos para outros saberes, não se restringindo ao saber universal, de uma filosofia universalizante, única.

Nesta nossa proposta, defendemos uma filosofia da ancestralidade que estaria na encruzilhada, reivindicando uma epistemologia pluriversal, a partir de uma filosofia afroperspectivista (Nogueira, 2011b). Quer dizer, estamos tratando de uma filosofia afro-brasileira que precisa ser estudada em sala de aula com seriedade, tendo como finalidade o combate aos dispositivos racistas enraizados histórico e socioculturalmente no Brasil. Por esta proposta, a educação brasileira também estaria na encruzilhada abrindo caminhos para todos os saberes, principalmente os deixados pelos(as) negros(as) escravizados e que hoje, boa parte deste saber está do lado de fora da escola. Por isso, vamos entender um pouco sobre filosofia da ancestralidade e filosofia africana e a importância para educação das relações étnico-raciais.

Ancestralidade, religião e resistência

Falar da filosofia da ancestralidade é falar de um saber negro que vem pelo mar, pelo atlântico, pela travessia de povos escravizados de partes do continente africano para o trabalho escravo no Brasil e, posteriormente, resulta no desenvolvimento econômico, na formação cultural, na estética e em muitos dos valores civilizatórios presentes na atual sociedade. E por aqui, toma caminhos que vão da zona rural nas lavouras, às minas, os campos no trato do gado e o cultivo de plantas. Já na zona urbana, se articula na organização social em comunidades, na economia solidária das famílias nos morros e favelas.

A filosofia da ancestralidade deriva e tem em sua gênese a filosofia e a cultura africana e como centro a religião, que não funciona apenas para tratar de adoração aos deuses. E como observa Oliveira (2012), ela se articula na estratégia de resistência política e cultural, além de fundamentação ética, estética e epistemológica. É uma forma de ver e estar no mundo não só dos vivos e das coisas, mas de se relacionar com as divindades, os deuses e os ancestrais. Seria algo que tem relação com o universo em sua totalidade, se dando na imanência e na transcendência.

A filosofia da ancestralidade, como uma filosofia africana, precisa de uma pedagogia que descole da educação formal eurocêntrica para ser entendida como um saber que nasce pela oralidade, e não exclusivamente pela escrita, e dialoga com todo o pensamento contemporâneo, a começar pelo

² Entre-lugar, analisado por Hommi Bhabha (2010) e por Silviano Santiago (1978). Silviano Santiago em *Uma literatura nos trópicos* (1978), traçou uma compreensão teórica e historiográfica dos estudos culturais. E no ensaio de abertura está *O entre-lugar do discurso latino-americano* e nele o entre-lugar é visto como aquele espaço dos deslocamentos, da assimilação, da mistura, da mestiçagem, mas com um olhar voltado para América Latina, onde o europeu chegou para “conquistar” utilizando o discurso da compreensão, do conhecimento para depois destruir culturalmente e até fisicamente os habitantes nativos, como destacou Todorov (2010). Bhabha usa também esta expressão, mas não referenciou como sendo de Santiago.

pensamento negro-africano, se estendendo pela filosofia latino-americana da libertação, além da proximidade com os teóricos caribenhos. Sem deixar, é claro, de sofrer a influência da filosofia intercultural e europeia. Portanto, estamos falando de uma filosofia que está na encruzilhada, na fronteira, quando se trata dos estudos coloniais.

Oliveira (2012) ressalta que a filosofia da ancestralidade, no Brasil, parte de um princípio que se fundamenta no *candomblé*, entre os povos-de-santo, nas religiões de matriz africana. Por ser parte da filosofia africana, tem em sua essência o mito dos ancestrais, que nasce no momento em que todos os homens e todas as raças do mundo começam a falar. Eduardo Oliveira reforça, ainda, que esse homem falante será criador da política, da ética, da religião, das culturas etc. O desafio epistemológico será contrapor com o pensamento do colonizador e desarmar o dispositivo do racismo epistêmico, construído para justificar a dominação que se fez sobre os corpos negros.

Para entender este processo de domínio é bom lembrar que a filosofia africana está a todo instante provando sua existência para os não africanos e para aqueles que defendem que o africano é ontologicamente estável, de uma realidade permanente, fixa e imutável. Essa ideia, ou esta dúvida, como observa Ramose (2011), se faz em decorrência da aquisição e o exercício de poder sobre o africano em todos os aspectos da vida. E contra a reivindicação “universal” da filosofia são lançados alguns contrapontos, como a pluriversalidade que tem o caráter fundamental do ser: não pretende tratar tudo e todos como se fossem iguais. A filosofia africana propõe perspectivas e competência para fazer reivindicações pluriversais, devido seu caráter de libertação.

O pluralismo é um dos pontos que Hountondji (2009) chama a atenção quando fala em fator de progresso e lembra que não só a África Moderna como também a Tradicional tem vivenciado o pluralismo ao longo dos tempos e em vários domínios. Kwasi Wiredu e Odara Oruka defendem que a filosofia africana abrange todas as formas e tipos de filosofar e, portanto, faz sentido falar de uma epistemologia africana.

Este pensamento africano, segundo Oruka (1990), se apresenta em quatro filosofias, definidas como pluriversalidade. A primeira seria a etnofilosofia, que examina os recursos da cultura, como linguagem e cerimônias religiosas, para tratar dos sistemas filosóficos e temas sobre a epistemologia; a segunda seria a filosofia da sagacidade, que busca respostas sobre questões do conhecimento junto aos sábios anciões da comunidade; a terceira seria a filosofia político-ideológico, que tem um objetivo social em sua teoria do conhecimento e, por último, a filosofia profissional, que é abrangente quando estuda a literatura internacional da epistemologia.

Esta filosofia profissional, definida por teóricos africanos, é a norteadora do pensamento europeu e busca fundamentar a filosofia como única, universalista, não compreendendo as particularidades. Tal fundamento estaria embasado numa epistemologia também universalizante. Para contrapor esta

dominação epistêmica, a filosofia africana lança a pluriversalidade para dizer que as formas de aquisição de conhecimento variam de acordo com o contexto sociocultural em que as reivindicações são articuladas.

Nestas reivindicações é possível uma análise de alguns aspectos específicos das culturas africanas. E podemos começar pela linguagem e o significado das palavras filosoficamente importantes, assim como a estrutura das frases, hábitos linguísticos como provérbios e adágios. Também é preciso observar a convenção social a partir de suas formas tradicionais de resolução de conflitos, educação dos jovens, descobrimento do mundo e o uso dos conhecimentos.

Na realidade, estas reivindicações colocam frente a frente duas linhas de pensamento. A universalista que nega que haja qualquer princípio cognitivo distinto que pertença a esta ou aquela sociedade (e a alegação é que o conhecimento não pode ser diferente de uma sociedade para outra). E a linha relativista ao afirmar que o conhecimento de cada grupo étnico é totalmente único e, portanto, sua análise do conhecimento ou da epistemologia será único também.

Diante destas duas colocações, cabe ao filósofo desenvolver e exercitar o conceito de racionalidade apropriado para sua sociedade, tendo uma consciência crítica das tradições intelectuais e cognitivas tanto de sua sociedade como de outras. E como a cultura africana tem a oralidade como seu ponto forte, a filosofia da ancestralidade também se inscreve como uma filosofia africana.

A ancestralidade, conforme Muniz Sodré (1998) segue uma visão que estabelece uma continuidade entre deuses, ancestrais e descendentes. E esta continuidade se manifesta através dos ritos e dos mitos e se assenta na terra-mãe, dando uma identidade ao grupo e, no caso dos negros da diáspora, isso se dá em espaços de culto, como os terreiros que se tornaram depositários dos símbolos da origem mítica.

A ancestralidade, sob esta ótica, é uma inserção numa comunidade, com sentimento de pertencimento alimentado pela capacidade de traçar genealogia e contar as histórias do coletivo. Hampaté Bâ (1987) vai dizer que todo africano tem um pouco de genealogista, por remontar um passado distante em sua própria linhagem. Por isso, a tradição é fundamental para cultura negra como transmissão da matriz simbólica do grupo, mas não de forma estática e sim de pleno movimento do tempo e dos lugares.

A partir destes olhares e de algumas questões teóricas, sobretudo a eurocêntrica, as culturas africanas e afro-brasileiras foram relegadas ao campo do folclore, com propósito de confiná-la na memória. E folclorizar, nesse caso, é reduzir uma cultura a um conjunto de representações estereotipadas, alheio ao contexto que produziu essa cultura.

Um dos principais pesquisadores da filosofia da ancestralidade no Brasil, Eduardo Oliveira (2009), conceitua ancestralidade como categoria analítica, uma epistemologia que interpreta seu próprio regime de significados a partir do território que produz seus signos de cultura. Ele faz esta definição pelo olhar da semiótica e por isso entende o regime de signos como a cultura de matriz africana ressemantizada, quer dizer, uma outra semântica, no Brasil.

Para tanto, a cultura é vista como movimento da ancestralidade, um plano de imanência articulado ao plano de transcendência, que é comum a esses territórios de referência. É bom ressaltar que esta imanência estaria no interior da comunidade que tem a cultura de matriz africana como base e a transcendência – ponto da filosofia da sagacidade, segundo Kibujjo Kalumba (2004) –, que está relacionada ao mundo dos vivos e dos ancestrais, dos deuses.

Assim, Oliveira diz que a ancestralidade é um princípio regulador das práticas e representações do povo-de-santo, sendo o principal fundamento do candomblé. Torna-se também o signo da resistência afrodescendente e protagonista da construção histórica e cultural do negro no Brasil, além de gestar o novo projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável do homem com o meio ambiente, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na relação dos conflitos, na vida comunitária, entre outros.

Centrada na experiência tradicional africana, a ancestralidade converte-se em categoria analítica, segundo Oliveira (2012), para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro. E isso tudo alimentado ou sustentado pela tradição, que é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros e negras no Brasil, levando sua dinâmica para qualquer grupo racial que queira assumir os valores africanos.

Dessa forma, configura-se como uma epistemologia que permite engendrar estruturas sociais capazes de confrontar o modo único de organizar a vida e a produção no mundo contemporâneo. A ancestralidade é uma epistemologia que nasce do movimento, da vibração. Afinal, a vida é uma obra de arte e seus segredos, como observa Ford (1999), são transmitidos através dos mitos, que têm a função pedagógica de transmissão do conhecimento, ao mesmo tempo em que sua forma de narrativa acaba por criar a própria realidade que se quer conhecer.

Essa “ancestralidade” teórica procura compreender e intervir no campo da educação, especialmente das relações étnico-raciais brasileiras e a conexão com o paradigma das multirreferencialidades. Ou melhor, as experiências diaspóricas de África, em contato e conflito com as experiências indígenas e europeias, ganharam outros contornos e geraram novos problemas.

Em solo brasileiro, a filosofia da ancestralidade reivindica a tradição dinâmica dos povos africanos – especialmente a tríade nagô, jêje e banto –, como motivo do filosofar, como bem enfatiza Eduardo Oliveira. Neste terreno do conhecimento é, também, uma categoria analítica que contribui para produção de sentidos e para experiência ética.

Passa, portanto, da categoria nativa para analítica, recriando no Brasil uma filosofia cultural de base africana. Portanto, a filosofia da ancestralidade é um dos ramos estendidos da grande árvore que é a filosofia africana, que não só dá galhos, mas também dá muitos frutos. Ela é um constante movimento entre os mundos do visível e do invisível. E sua raiz está neste sistema da cultura negra-africana que se articula como categoria filosófica e passa e reivindicar espaço como uma epistemologia capaz de ser

debatida, estudada e refletida no campo da educação formal. O momento é de reverter a tentativa de epistemicídio arquitetado e colocado em prática ao longo dos séculos, principalmente a partir do Renascimento, quando a ideia da razão recai na filosofia universal, do saber universalizante, matando os outros saberes.

O sistema cultural negro-africano como categoria filosófica

Quando pensamos o sistema cultural negro-africano como categoria filosófica, a partir do nosso olhar distante do continente, as imagens que nos vêm são aquelas capturadas e espalhadas pelos grandes veículos de comunicação de massa. E nelas estão um território de costume atrasado, preso na tradição, famílias numerosas, dificuldades econômicas e financeiras e, principalmente, presos ao misticismo religioso. O discurso é quase sempre o mesmo, sob a perspectiva do europeu branco que se apresenta como entendido sobre África.

Olhar a cultura negra-africana, por dentro, é descobrir a pluralidade cultural, as questões territoriais, étnicas, linguísticas, sociais, simbólicas, estéticas, políticas, religiosas e éticas. Não é possível falar de uma cultura negra como se ela fosse única no continente africano, como se fosse possível resumí-la. Essa tentativa foi feita pelos pensadores europeus quando disseram que os africanos eram estáticos, não evoluídos, que não tinham uma epistemologia, uma filosofia.

A cultura negra africana foi subjugada quando atravessou o período da colonização e experimentou o sistema degradante da escravização. O sujeito negro africano foi desumanizado e negligenciado em todos os sentidos, como estratégia para justificar a escravidão, e isso foi feito tanto científico como politicamente. Para reivindicar o sistema cultural negro como uma categoria filosófica, os pensadores africanos jogaram com as mesmas armas do colonizador. Se utilizaram da escrita para reescrever a cultura africana no espaço acadêmico europeu e americano, mas, sobretudo, no espaço acadêmico africano, quando passaram a falar da África para os africanos. Porque a melhor maneira de preservar e transmitir a filosofia é através da escrita, na forma de livros

O pensador nigeriano Joseph Omeregbe (1998) observa que o mundo ocidental tem sido beneficiado desde que a escrita surgiu na antiguidade e tornou possível preservar as reflexões desses filósofos. E na ausência de registros escritos nos últimos tempos, as reflexões filosóficas de pensadores africanos não têm sido preservadas efetivamente. Existe fragmentos de suas reflexões filosóficas através de outros registros como mitos, textos curtos como ditados, máximas de sabedoria, provérbios tradicionais, contos e a religião.

Por isso, os intelectuais africanos vão se utilizar da língua do colonizador para dizer ontológico e epistemologicamente que a África não só tem uma história importante para humanidade, como também tem um saber calcado na oralidade que vai propor um outro olhar sobre o mundo e sobre o próprio ser. E que os ensinamentos adquiridos a partir da tradição são formas pedagógicas para explicar a existência do

homem e sua relação com a natureza, com os seres vivos e os objetos, além das divindades e a ancestralidade.

Por todas estas abordagens é que defendemos a filosofia da ancestralidade como disciplina nos cursos de licenciatura das universidades catarinense e como estratégia para aplicar um saber que sempre foi visto como menor ou como desnecessário na educação formal. Além disso, embasado na filosofia africana, é possível abrir caminhos para a educação das relações étnico-raciais. Afinal, ancestralidade está na essência da filosofia africana negra.

A filosofia negra africana

Vimos até aqui que a filosofia africana se inscreve como filosofia reivindicando uma epistemologia própria, se contrapondo ao conceito universalizante de filosofar. E muitos pensadores seguem a linha do ganes Kwasi Wiridu (citado em muitos artigos) que a filosofia africana tradicional de “pensamento de comunidade” não seria uma criação específica de um filósofo. Por outro lado, Omoregbe (1998) lembra que a filosofia tradicional africana surge a partir de pensadores individuais que refletiam sobre questões fundamentais da experiência humana, mas estas reflexões tornavam-se propriedade de todos.

Os pensadores africanos passavam por processos de observação de raciocínio e reflexões antes de obterem ideias, perspectivas e visões de mundo transmitidas, depois, através de máximas, contos, mitos, organizações sociopolíticas, doutrinas religiosas. Tal transmissão de saber se dava, portanto, pela oralidade por isso o pensamento ser comunitário, de todos.

O sentimento de comunidade é destacado por Sobonfu Somé (2003), em *O espírito da intimidade*, quando fala da maneira de se relacionar do povo *dagara*, não só entre eles, mas também com outras etnias e principalmente com a natureza e com as divindades. Eduardo Oliveira, no artigo *Epistemologia da ancestralidade*, também destaca este sentimento comunitário entre os *dogon* e o entendimento que tal etnia tem do mundo – ou dos mundos (visível e invisível).

Se o sistema cultural negro africano aponta para uma epistemologia africana e negra, a filosofia africana está diante da universal filosofia europeia. Marcien Towa (2015), em *A ideia da filosofia negro africana*, sustenta, – a partir do que tratamos até agora – que de fato temos uma filosofia africana, mesmo com as divergências postas. Afinal, todas as filosofias, para merecerem o nome de filosofia, devem resultar de um debate sobre o absoluto, a realidade, os valores e as normas supremas.

Towa sugere que podemos, inclusive, nos perguntar se todas as culturas conhecem ou sabem do pensamento filosófico, uma vez que um grande número de sociedades não tolera nenhuma discussão sobre as crenças, os valores e as normas supremas. Towa observa ainda que nem todas as culturas têm filosofia, mas todas são capazes de tê-las até, porque, talvez não existam sociedades inteiramente estranhas ao pensamento filosófico.

Portanto, o sistema cultural negro-africano é uma categoria filosófica porque fundamentalmente vai questionar o estatuto ontológico africano e apresentar uma epistemologia baseada na cultura africana. Por este posicionamento, ontologicamente o ser é apresentado como a manifestação da multiplicidade e da diversidade dos entes e esta será a pluriversalidade do ser presente na cultura negro-africana.

Do ponto de vista da pluriversalidade, entendemos não só a categoria filosófica, mas a filosofia como uma multiplicidade, com suas particularidades, vividas num dado ponto do tempo. Portanto, excluir outras filosofias e negar seus estatutos não seria uma estratégia eficiente para tentar apagar um pensamento filosófico africano que nasce a partir de seu sistema cultural.

Um olhar sobre currículo em Santa Catarina e a filosofia da ancestralidade

No cenário das instituições de ensino superior de Santa Catarina, que foi a fonte dos dados para a construção deste artigo, mapeou-se um total de 16 instituições. Deste total estão a Católica de Santa Catarina (Jaraguá do Sul, Joinville, Itajaí e Florianópolis); Universidade do Contestado/UnC (Canoinhas, Concordia, Curitiba, Mafra, Porto União e Rio Negrinho); Universidade Barriga Verde/UNIBAVE (Cocal do Sul, Forquilha, Gravatal, Imbituba, Orleans) e o Centro Universitário Municipal de São José/USJ. Estas instituições não oferecem os três cursos cuja matriz curricular foi analisada, ou seja, os cursos de História, Letras e Artes Visuais que são apontados na lei 10.639/2003 como referência para o estudo das relações étnico-raciais.

As demais instituições investigadas e que também fazem parte do Sistema ACAFE³ (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) revelaram o lugar da filosofia africana na formação dos graduandos: um lugar de ausência e invisibilidade.

Ausência nos currículos

A invisibilidade se dá quando diluída em componentes curriculares genéricos, especialmente nos cursos de História. Para melhor compreensão segue tabela das instituições que oferecem os cursos analisados: Artes Visuais Licenciatura; História e Letras/português.

Tabela 01

UNIVERSIDADES	FILOSOFIA DA ANCESTRALIDADE ⁴ (Aderências)
Universidade Regional de Blumenau/FURB	Nada consta
Universidade do Estado de Santa Catarina/UNESC	Arte Africana e afro descendente (artes); História de África I e II, tópicos especiais relações étnico raciais (história)
Universidade do Extremo Sul Catarinense/UNESC	Nada Consta
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe/ UNIARP	Nada Consta
Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense/UNIPLAC	Nada Consta

³ <https://new.acafe.org.br/>

⁴ Na matriz curricular dos cursos: Artes Visuais Licenciatura; História e Letras/Português.

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí/UNIDAVI	Nada Consta
Centro Universitário de Brusque/ UNIFEBE	Nada Consta
Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL	Africanidades (historia)
Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI	Nada Consta
Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE	Nada Consta
Universidade Comunitária da Região de Chapecó/ UNOCHAPECÓ	Nada Consta
Universidade do Oeste de Santa Catarina/UNOESC	Nada Consta

FONTE: os autores

Concluindo

Depois de apresentar, refletir e definir a filosofia da ancestralidade pela luz da filosofia africana, reforçamos a necessidade de trabalhar estas temáticas nas universidades de Santa Catarina, a começar pelos cursos de licenciatura, de onde saem os professores para o ensino básico. Ainda que as mudanças em torno dos Projetos Políticos Curriculares dos cursos seja um processo demorado, devido aos trâmites burocráticos, as instituições podem agregar a discussão orientada pela Lei 10.639/2003 nas disciplinas optativas (algumas instituições denominam tópicos especiais), para que a invisibilidade e a ausência da filosofia da ancestralidade venha ser superada. E no decorrer das mudanças da grade curricular dos cursos, se incorpore às demais disciplinas consideradas obrigatórias.

E se olharmos para Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2018) vamos encontrar lá orientações para igualdade, diversidade e equidade, além de sugestões para o planejamento didático-pedagógico indicando o que os alunos devem “saber”. No entanto, o conceito de identidade e diversidade é amplo e permite interpretações diversas dos gestores, perpetuando a exclusão dos conhecimentos, saberes e valores que a filosofia da ancestralidade propõe.

Vale lembrar que estamos falando de um país caracterizado pela autonomia dos entes federados e sua diversidade cultural, com profundas desigualdades sociais e educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. Isso tudo acentuado por questões de raça, sexo e condições socioeconômica.

Portanto, cabe à universidade preparar os profissionais da educação para enfrentar estes desafios, além de instrumentalizá-los para educação das relações étnico-raciais. É necessário enegrecer a educação, como propõe Nogueira (2011b), e a filosofia da ancestralidade oferece campo para atender os desafios de uma escola inclusiva e democrática, afinal ela está na encruzilhada do pensamento contemporâneo por dialogar na antropologia, na literatura, na história, na linguagem e, sobremaneira, na educação.

A epistemologia africana e afro-brasileira, assim como todas as demais relegadas por boa parte das universidades do Brasil, precisa chegar ao conhecimento dos alunos para que eles possam não só olhar outros mundos possíveis, mas principalmente se olhar a partir do outro, na sua imanência e na sua transcendência, para se reconhecer como um sujeito social-histórico-metafísico consciente na contemporaneidade.

Referências

- BÂ, Hampaté A. A Tradição Viva In: VERBO, J-KI: **História Geral da África**. São Paulo: Ed. Ática, 1987. Páginas 181-218.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 5ª Reimpressão, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- FORD, Clyde W. **O herói com rosto africano**: mitos da África. São Paulo: Summus, 1999.
- HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos**: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. In *Epistemologias do Sul*, edited by B. S. Santos and M. P. Meneses. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- KALUMBA, Kibujjo M. **Filosofia da Sagacidade**: sua metodologia, resultados e significância e futuro. Tradução para uso didático de: KALUMBA, Kibujjo M. Sage Philosophy: Its Methodology, Results, Significance and Future. In: WIREDU, Kwasi (ed.). *A companion to African Philosophy*. Malden, Oxford, Victoria: Blackwell, 2004, p. 274-281 por Renato Rocha Lima Marques.
- NOGUEIRA, Renato. **Concentrando os tamborins**. In: (org) SILVA, Wallace Lopes, *Sambo, logo penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba*. Rio de Janeiro: Hexis: Fundação Biblioteca Nacional, 2015.
- NOGUEIRA, Renato. **Denegrindo a filosofia**: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivista. *Griot - Revista de Filosofia*, v. 4. n.2, 2011b.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. **Filosofia da ancestralidade como filosofia africana**: Educação e cultura afro-brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Número 18: maio-out/2012.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. **A epistemologia da ancestralidade**. *Revista Entrelugares – Revista de Sociopoética e abordagens afins*, ISSN 1984-1787, 2009 – Disponível: <http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-resumo.pdf>, acesso em 30 de março 2019.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. **A ancestralidade na encruzilhada**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.
- OMOREGBE, Joseph. **African Philosophy**: Yesterday and Today in African Philosophy: an Anthology by Emmanuel Chukwudi Eze, Massachusetts/Oxford, Blacwell Publishers,1998. Tradução Renato Nogueira.
- ORUKA, Odera (1990), **Sage Philosophy**: Indigenous Thinkers and Modern Debate on African Philosophy. Nairobi: E. J. Brill.
- RAMOSE, Mogobe. **“Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana”**. *Revista Ensaios filosóficos*, volume IV – outubro/ 2011. Disponível em http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos4/RAMOSE_MB.pdf, acesso em 29 de março de 2019.
- SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaio sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**. Petrópolis-RJ, Ed.Vozes Ltda, 1988.
- SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida**. Rio de Janeiro-RJ, DP&A, 2005.
- SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade**. São Paulo: Odysseus Editora, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-africana**. Belo Horizonte: Nandyala, Curitiba: Neab-UFPR, 2015.

Informações sobre os Revisores:

Língua Portuguesa | Erica Bastos da Silva
E-mail: ebastosp@yahoo.com.br

Língua Inglesa | André Luiz Nogueira Batista
E-mail: al.batista@hotmail.com

Língua espanhola | Boris Ramírez Guzmán
E-mail: piedragogo@gmail.com